

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	PA	01	03	13	F11	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Quilombos de Oriximiná
LOCALIDADE	Território Quilombola Ariramba
MUNICÍPIO / UF	Óbidos/PA

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****01****03****13****F11****01**

Beiju de castanha preparado no Ariramba, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Óbidos-PA, 01/12/2012.



Família descascando mandioca no Ariramba, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Óbidos -PA, 30/11/2012.



Joaquim dos Santos Oliveira em sua roça no Ariramba, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Óbidos -PA, 01/12/2012.



Transporte de bananas no Ariramba, INRC-Quilombos de Oriximiná. Carvalho, Luciana. Óbidos -PA, 28/11/2012.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS.

SÍNTESE

A comunidade do Ariramba apresenta características sociais e referências culturais semelhantes às demais comunidades quilombolas de Oriximiná, distinguindo-se da maioria delas apenas em relação à opção religiosa majoritária entre os moradores.

No Ariramba a maioria dos residentes é evangélica, assim como o fundador da comunidade, convertido há mais de 30 anos à Igreja Assembleia de Deus. Todas as famílias descendentes de Joaquim dos Santos Oliveira informam frequentar o templo que essa congregação religiosa mantém no centro da comunidade, onde se realizam cultos e encontros semanais, que são as únicas celebrações das quais os evangélicos participam. Eles não tomam parte de festejos religiosos, jogos nem celebrações consideradas profanas.

Por outro lado, as famílias residentes no Ariramba que não pertencem ao tronco dos Santos Oliveira declaram professar a fé católica e são frequentadoras da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, localizada na comunidade Boa Vista Cuminá/Erepecuru, bem como de suas programações festivas. Eles frequentam também as celebrações tradicionais dessa comunidade e de outras localidades do Território Erepecuru – as chamadas “festas culturais”, onde há apresentações de músicas e danças que consideram como tradicionais dos quilombos: valsa, mazurca, desfeiteira, lundu e outras.

Entre os moradores do Ariramba e seus vizinhos e parentes do Erepecuru, segundo Gervásio, presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Ariramba, “o entrosamento diminuiu” em função da diferença religiosa, sobretudo porque os evangélicos não vão às festas de santo ou às festas dançantes comuns naquele território, só ouvem músicas evangélicas, não dançam, não bebem, não participam dos torneios comunitários de futebol, não aprovam o sexo fora do casamento e nem as uniões extraoficiais. Até mesmo seus filhos menores ficam de fora das atividades lúdicas da escola de Boa Vista, como danças e representações teatrais. Por isso os moradores do Ariramba tendem a ser vistos pelos parentes e amigos católicos como relativamente afastados das tradições culturais dos quilombolas, não implicando essa visão, porém, em desqualificação dos mesmos como remanescentes de quilombos.

Em suma, à exceção das práticas relativas a celebrações e formas de expressão, os modos da vida cotidiana são bastante semelhantes no Ariramba e nas comunidades quilombolas em geral, principalmente no que se refere aos ofícios desempenhados e aos lugares frequentados para fins econômicos.

Abaixo se destacam algumas das referências culturais da localidade.

Culinária tradicional

Como em outras áreas ribeirinhas da região amazônica, a alimentação básica dos quilombolas do Ariramba inclui um extenso rol de pescados e produtos derivados da mandioca, que quase toda família planta – farinha d'água, farinha seca, tapioca, beijus. Outros tubérculos (batata, cará, macaxeira) também são cultivados, assim como milho, jerimum, maxixe e muitas frutíferas (laranja, limão, banana, goiaba, abacaxi). Carnes de caça, principalmente de aves e mamíferos da floresta, também são bastante consumidas. Embora criem pequenos animais como patos e galinhas, reservam-se o consumo dos mesmos para ocasiões especiais e para quando escasseiam os outros recursos. O gado, que também criam, constitui uma reserva econômica – uma “poupancinha”, como dizem –, mais que uma fonte de alimento. Um diferencial em seu cardápio é o uso amplamente disseminado da castanha em preparados de mingaus, molhos (pratos no leite da castanha), beijus.

Modo de fazer de farinha

A produção de farinha de mandioca é essencial para a sobrevivência das famílias do Ariramba, tendo em vista o alto consumo diário desse gênero. Trata-se de uma atividade fundamentalmente coletiva que envolve todas as gerações aptas ao trabalho, independentemente do sexo, sob o comando de um líder a que chamam “frenteiro”.

Frequentemente o trabalho envolve parentes que vêm para ajudar, então é comum formarem-se nas farinhadas grandes encontros de trabalho nas quais os parentes contam histórias e tratam de assuntos relativos às famílias, à igreja, à comunidade, às notícias do momento.

A casa de farinha é mais que um ambiente de trabalho, é um espaço de sociabilidade importante do qual uma família pode dispor para atender a seus membros e a outros comunitários. Normalmente, pelo menos duas ou três famílias (em regra, relacionadas por parentesco e afinidade) usam uma mesma casa de farinha, em dias previamente combinados com o chefe da família e/ou responsável mais direto pelo espaço. Assim, as relações de solidariedade reforçadas pelos vínculos de parentesco garantem que todas as famílias tenham produção de farinha mesmo que não possuam o espaço e os equipamentos necessários para tal.

Ofício de agricultor

Praticado por quase todos os moradores do Ariramba. Para eles, a roça é uma espécie de extensão da casa,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

local onde se produzem alimentos que abastecem a casa e, no caso de algumas famílias, a Feira do Produtor em Oriximiná. Toda família mantém seu roçado a poucos minutos de caminhada a partir do quintal. Algumas, mesmo sem residência atual no Ariramba, ainda mantêm lá seu roçado. Planta-se banana, milho, melancia, jerimum, maxixe, cará, arroz, cana, macaxeira, batata, abacaxi, feijão e, principalmente, mandioca, com a qual se faz a farinha que é indispensável nas refeições.

A abertura de um roçado é um empreendimento coletivo da família, no qual se conta com a ajuda de parentes e amigos para derrubar a mata, queimar e plantar, segundo a técnica tradicional da coivara e da alternância de culturas. O trabalho geralmente é feito no sistema de puxirum, mediante convite feito pela família que é dona da área. Puxirum é um termo regional para a prática de mutirões (não exclusivamente de trabalho na roça) que se encontra em muitas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas) no Baixo Amazonas.

A roça não só é um lugar central para a sobrevivência das famílias do Ariramba, como ainda demarca fortemente a distinção entre quilombolas e não quilombolas dentro do território. Os primeiros, invariavelmente, mesmo aqueles que atualmente não residem na comunidade, têm a atividade agrícola no Ariramba como cerne da economia doméstica, ainda que combinada a outras formas de subsistência como a coleta, a caça, a pesca, a criação de poucos reses e pequenos animais, e a prestação de serviços. Os segundos, ao contrário, caracterizam-se todos por não praticarem atividade agrícola na localidade, destinando os terrenos que ocupam quase que exclusivamente à criação de gado de corte e à eventual exploração de recursos naturais.

Ofício de castanheiro

A coleta de castanhas é uma atividade muito importante para a manutenção das famílias e do modo de vida quilombola do Ariramba. Como em outros trabalhos feitos por eles, tirar castanha, como eles dizem, é uma tarefa em que participam todos os membros aptos da família, desde crianças a adultos, até que a idade e a saúde o permitam. Embora a tradição de levar as crianças para os castanhais venha perdendo uso, em função dos compromissos nas escolas, algumas famílias ainda se transferem inteiras para os castanhais, quando é chegada a época da safra, no inverno amazônico. No castanhal cada um assume uma função: coletar, carregar, caçar, cozinhar, a fim de suprir a família durante a permanência na mata.

A castanha coletada é consumida na comunidade in natura ou preparada em beijos, mingaus e molhos para acompanhar, especialmente, carnes de caça. O excedente é vendido na cidade de Oriximiná, diretamente ao comprador, ou através da Cooperativa dos Quilombos (CEQMO), na qual alguns quilombolas são cooperados.

Ofício de coletor de açaí

Um produto de atividade extrativista que vem se tornando cada vez mais importante na composição da mesa e da renda familiar do Ariramba é o açaí, disponível em vasta extensão do território durante cerca de seis meses por ano: de março a agosto. Chama atenção de Gervásio a fartura desse recurso, cujo aproveitamento ainda tem sido aquém do potencial, em sua avaliação. O trabalho de coleta, que exige uma técnica de escalada especial na palmeira, com uso de peconha, é feito sobretudo pelos meninos, adolescentes e jovens.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Localização e acesso

O Território Quilombola do Ariramba localiza-se no Município de Óbidos, Microrregião de Óbidos, Mesorregião do Baixo Amazonas, Região Oeste do Pará. Porém, a despeito de pertencer a esse município (de acordo com a divisão geopolítica do Estado do Pará), todos os serviços públicos, destacadamente os de educação e saúde, lhe são prestados pela municipalidade de Oriximiná. Com efeito, todos os seus vínculos são mantidos com Oriximiná, e o alegado pertencimento a Óbidos lhes parece tão somente mais uma das inúmeras confusões que o Estado cria por desconhecimento da realidade das comunidades. Tal confusão serve, às vezes, para prolongar o “jogo de empurra” na solução de problemas que afligem a comunidade: em certos casos, se procuram a Prefeitura de Oriximiná, ouvem que são cidadãos de Óbidos; se vão à Prefeitura de Óbidos, não têm as demandas atendidas, porque são eleitores de Oriximiná.

O território do Ariramba circunscreve-se pelas margens dos igarapés Ariramba, Santana e Murta, e é vizinho do Território Quilombola Erepecuru, fazendo fronteira com a comunidade Boa Vista Cuminá. Seus limites, conforme identificados pelo Incra, são:

Norte: Igarapé Ariramba e Gleba Erepecuru (Iterpa);

Sul: Rio Cuminá e Terra Quilombola Erepecuru;

Leste: Igarapé Murta, Igarapé Uaua-Açu e Gleba Paru d'Oeste;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

Oeste: Igarapé Ariramba, Lago Grande e Terra Quilombola Erepecuru.

O território divide-se, basicamente, em área de uso e área de moradia, onde está sediada a comunidade.

A comunidade do Ariramba estende-se da boca a montante do Igarapé Ariramba e corresponde a cerca de 20 unidades domésticas situadas em ambas as margens do curso d'água.

O acesso à comunidade se faz privilegiadamente por via fluvial, através do Igarapé Ariramba, a partir do Rio Cuminá. Da área urbana mais próxima, a cidade de Oriximiná, o trajeto para se chegar ao Ariramba deve ser feito pelos rios Trombetas e Cuminá, até a Boca do Ariramba, onde se adentra o igarapé que leva à sede e às áreas de moradia na comunidade. Na época chuvosa do inverno amazônico, durante as enchentes dos rios, todo o percurso é navegável em grandes embarcações e dura cerca de sete horas. Na época seca do verão, quando os cursos d'água perdem consideravelmente volume, apenas canoas e bajaranas (pequenas embarcações movidas a motor de popa do tipo rabeta) podem navegar pelo Igarapé Ariramba, e é preciso atracar os barcos maiores no Rio Cuminá e passar para as embarcações menores. Nesses casos, é difícil precisar a duração da viagem, pois tudo depende das condições de navegabilidade, até mesmo para as pequenas embarcações. Em secas rigorosas, chega a ser necessário arrastar as canoas e bajaranas pelo leito arenoso e pedregoso do igarapé.

Não há rotas regulares de barcos de linha para a comunidade. Alguns moradores possuem barco a motor, particular ou em sociedade, que, regularmente usam para deslocamento próprio e de comunitários, bem como para escoamento da produção agrícola da localidade. Em todas as casas há embarcações pequenas para trânsito nos limites do território: canoas e bajaranas, a remo e movidas por motores tipo rabeta, que toda criança aprende bem cedo a manejar. Para atividades de interesse coletivo geralmente se usa o barco a motor Mensageiro da Fé, pertencente a Joaquim Grande e a seus filhos Gervásio e Hernandes. Medindo 14,7 metros de comprimento por 3,33 metros de largura e 3,2 metros de altura, tem capacidade para 20 passageiros e é frequentemente utilizado para o transporte de comunitários, visitantes e técnicos que vão a serviço até o Ariramba.

Há formas de acesso à comunidade por terra, através do Ramal do Seneuaua, partindo da Estrada do BEC, que liga o final do perímetro urbano de Oriximiná a áreas de floresta que vêm sendo crescentemente ocupadas por colonos. Embora as condições de tráfego na estrada sejam razoáveis, o ramal é muito precário e trafegável apenas por veículos traçados, e, assim mesmo, só até determinado ponto a partir do qual é preciso caminhar cerca de 45 minutos (para quem tem bom preparo físico), subir e descer montes e pontes improvisadas dentro da mata.

Esses acessos são muito precários e exigem, além de para se chegar até o final do ramal, bom preparo físico para andar. Vale ressaltar, quanto a esse ponto, que mesmo entre os moradores do Ariramba, poucos são aqueles que andam por essas áreas, embora elas antigamente fossem fartas em castanhais explorados por quilombolas daquela e de outras comunidades. Hoje se trata de área ocupada por colonos migrantes de diversos estados, que alegam terem comprado as terras em questão.

População

A comunidade contabiliza cerca de 20 unidades familiares das quais 12 estão ocupando residência fixa na localidade, enquanto que as demais têm membros dispersos em diferentes áreas onde são professores, vaqueiros, operários, etc. Esses sujeitos periodicamente vêm “passar um tempo” na casa do Ariramba e nutrem expectativa de aí virem morar em definitivo. Sua população total oscila em torno de 60 a 100 pessoas.

Os comunitários são, na maioria, descendentes do casal Joaquim e Tereza dos Santos Oliveira ou a eles se juntaram pelo matrimônio. A população se distribui em todas as faixas etárias: idosos, adultos, jovens e crianças, estas existindo em grande número. O êxodo populacional se dá principalmente na juventude, é motivado pela busca de emprego e estudo, e é direcionado notadamente para Oriximiná e Manaus, mas também para outros estados.

Infelizmente, não há dados disponíveis sobre as taxas de natalidade e mortalidade na comunidade.

Infraestrutura

São bastante precárias as condições da comunidade no que tange à infraestrutura básica de abastecimento de água, saneamento, energia, comunicação, transporte e edificações.

A água para uso geral vem do igarapé e não é tratada. Duas casas e o centro comunitário da Assembleia de Deus dispõem de microsistema acionado por bomba movida à gasolina, que puxa água para caixa e a distribui por encanamentos para pias e chuveiros. Os banheiros contam com fossas cavadas no chão.

Um motor de luz, movido a óleo diesel, fornece energia para o centro comunitário, e é ligado de acordo com a disponibilidade de combustível e as necessidades eventuais da comunidade: por exemplo, para atender a equipes de trabalho, reuniões, celebrações.

A comunicação com o exterior se faz exclusivamente por meio de bilhetes e recados enviados com auxílio de barqueiros e passageiros que transitam entre a comunidade e a cidade e/ou outras localidades.

Para os visitantes a comunidade conta com um amplo alojamento erguido em madeira, servido por banheiros, sanitários (fora da edificação) e um refeitório anexo, também construído em madeira, todos abastecidos por água encanada.

Os moradores da comunidade com frequência buscam serviços em Oriximiná e, às vezes, também em Santarém: é o caso para atendimentos de saúde, emissão de cédulas de identidade, alistamento militar, atendimento

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

cartorial, previdenciário e outros que o município de Oriximiná não supre. Entre os dois municípios há barcos de linha que conectam as duas localidades diariamente, em cerca de dez horas de viagem, e lanchas fazem o mesmo percurso em quatro horas, na maioria dos dias da semana.

Educação

No Ariramba não existe escola. Em 2008, foi desativada a única unidade de ensino que existira na comunidade, devido à baixa procura e frequência de alunos. Desde então, as crianças passaram a frequentar aulas na escola Nossa Senhora Aparecida, que fica na comunidade Boa Vista Cuminá e oferece o ensino fundamental. Trata-se de uma escola-polo que atende a alunos das comunidades quilombolas do Erepecuru e do Cuminá, dispondo de dois blocos construídos em alvenaria, sanitários fora da edificação e sistema de abastecimento de água, além de um abrigo para professores que não possuem residência na localidade. Um dos blocos reúne nove salas de aula, das quais seis estão em uso, pois, devido ao baixo número de alunos da primeira à terceira série, eles foram agregados numa mesma turma. O outro serve a atividades administrativas: direção, secretaria, sala de professores.

O transporte de alunos do Ariramba para a escola é feito em barco contratado pela Prefeitura de Oriximiná, e o prestador do serviço no Ariramba, na época da pesquisa, era Gervásio dos Santos Oliveira. O barqueiro busca em casa todos os alunos, começando o trajeto de manhã bem cedo (a partir das cinco horas da manhã), e os deixa diante de uma trilha, partindo da margem do Igarapé Ariramba, que conduz até o centro do Boa Vista. Na volta, deixa um a um em casa, refazendo o percurso que acaba por volta das duas ou três horas da tarde.

Para acesso ao ensino de nível médio é preciso sair da comunidade, e a cidade de Oriximiná é o destino procurado por muitos jovens. Quando saem para estudar, os jovens vão para casa de algum parente ou conhecido e, em contrapartida, passam a ajudar o anfitrião em serviços domésticos (limpeza de casa, cozinha, cuidado de crianças). As famílias, que permanecem na comunidade, regularmente enviam aos jovens farinha, frutas, peixes e outros produtos dos trabalhos que realizam no interior. Algumas famílias, quando têm essa condição, montam casa própria ou alugada na cidade para onde mandam os filhos em idade de completar os estudos, e esses jovens combinam aulas, tarefas escolares e pequenos trabalhos para sobreviverem sozinhos, mas sem deixarem de contar com o abastecimento de itens que os pais produzem na comunidade. Preocupados em não deixarem os filhos vivendo a sós, livres de seu controle, certos casais lançam mão de outra estratégia, dividindo-se entre a casa da cidade e a casa do interior.

Para quem fica no Ariramba a expectativa é de que, após completarem os estudos, os jovens retornem para o território e contribuam, com os conhecimentos adquiridos fora de lá, para que todos na comunidade vivam melhor, sobretudo no que diz respeito à educação, à saúde, ao aproveitamento de novas tecnologias para trabalhar a terra e ao manejo das espécies nativas. Muitos jovens, porém, optam pela vida urbana, ainda que confrontem privações e restrições na cidade, morando em bairros afastados, submetidos a uma economia monetizada na qual detêm pouco poder aquisitivo, realizando biscates e trabalhos informais, quando não estão desempregados e inteiramente dependentes dos gêneros e recursos enviados pelos familiares do interior.

Saúde

Não há posto de saúde na comunidade, nem agente de saúde. Em casos de mal estar e doenças tidas como comuns (febre, diarreia, gripe, dores no corpo), primeiramente recorre-se a cuidados tradicionais com ervas e cascas extraídas do mato ou do quintal de casa, conforme ditam os conhecimentos da medicina tradicional. Havendo necessidade, procura-se o posto de saúde de Boa Vista Cuminá, onde é oferecido atendimento básico. Para casos de picadas de cobras e outros animais peçonhentos, bem como suspeitas de malária, procura-se o posto de saúde da comunidade Jauari, equipado para exames laboratoriais. Ambos os postos ficam no Território Quilombola Erepecuru.

Já para casos mais graves de doenças, o recurso é aos hospitais da cidade de Oriximiná, que dão conta de um número limitado de problemas, e de Santarém, onde é grande o fluxo ao Hospital Regional do Baixo Amazonas. Cabe ressaltar que o atendimento em obstetrícia também tem sido crescentemente procurado nas unidades de saúde da cidade, na mesma proporção em que cai o número de partos feitos no interior, alterando-se assim uma relação que até pouco tempo atrás era de domínio quase exclusivo das parteiras tradicionais.

Organização social e política

A comunidade é representada pela Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ariramba (ACORQA), criada em 2004 e filiada à ARQMO. Os moradores, para se considerarem participantes da comunidade, devem, idealmente estar associados à ACORQA e contribuir com o pagamento de uma taxa mensal no valor de um real à entidade, além de colaborar em seus projetos e ações.

O presidente da ACORQA ocupa assento no Conselho Gestor da Flota Trombetas.

No que tange às formas de organização na esfera do trabalho, os moradores decidem individualmente pela participação ou não em associações e sindicatos de pescadores, produtores rurais e outros, e na Cooperativa do Quilombo (CEQMO), que apoia a comercialização da produção dos castanheiros quilombolas.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

O Ariramba corresponde a um território composto por diversos nichos com características de paisagem distintas, desde áreas de floresta preservada até áreas intensamente antropizadas. Assim, é preciso levar em conta na descrição de sua paisagem e de seu meio ambiente a organização socioespacial do grupo quilombola que o ocupa, de acordo com os seus modos de vida e as práticas produtivas que mantém, que configuram o ambiente local.

Quanto às formas de ocupação, o território pode ser dividido em duas grandes áreas: a área de moradia e a área de uso. Essa distinção é fundamental para entender as formas de exploração de recursos naturais no território. Ela corresponde a modos diferenciados do exercício de domínio sobre os recursos naturais do território, embora o senso da coletividade esteja sempre presente na gestão de qualquer espaço ou bem, considerando-se que o território como um todo e em suas partes é concebido como um bem comum. Enquanto nas áreas de moradia as decisões são mais restritas à unidade familiar, no que tange às áreas de uso os processos decisórios são publicizados e empreendidos coletivamente, no âmbito da associação que representa a comunidade.

A área de moradia estende-se ao longo do Igarapé Ariramba, ocupando suas duas margens com casas, quintais, pastagens, roçados e um pequeno centro comunitário. Os terrenos, embora sejam de propriedade coletiva, são considerados como domínios exclusivos dos moradores que os habitam e esse domínio só cessa em caso de desocupação dos mesmos. Ou seja, na área de moradia da comunidade cada morador/família é proprietária das benfeitorias instaladas no terreno que ocupa, usufrui seus recursos e colhe os frutos do que neles venha a ser plantado ou criado sem interferência da comunidade, desde que não fira as regras gerais de convivência, respeito mútuo e ao meio ambiente, que são estabelecidas pela organização quilombola local. Destacam-se na área de moradia, apresentando diferenças consideráveis em relação aos terrenos ocupados pelos quilombolas, as terras exploradas por supostos invasores e posseiros não quilombolas, bastante desmatadas e caracterizadas principalmente como campos criação de gado, inexistindo nelas outras benfeitorias que denotem efetivo pertencimento à área.

Já nas áreas de uso do território – todas aquelas que extrapolam o núcleo doméstico – o domínio é coletivo. Árvores, lagos, peixes, caças, frutos e quaisquer outros recursos naturais que venham a ser encontrados nessas áreas são considerados como propriedade coletiva, embora possam ser explorados individualmente pelos moradores para fins de subsistência.

Características gerais

A vegetação característica do território Ariramba é a floresta ombrófila densa, com concentração de castanhais, cumaruzais e acapuzais em algumas áreas significativas, com predominância de árvores nativas de grande porte, entre as quais palmáceas como mumbaca, pupunharana, coco-curuá, açaí e babaçu. No sub-bosque ocorrem bromélias, breus, louro-amarelo e envira. Em áreas de mais forte ação antrópica e desmatamento (como se registra nas posses ao longo do Igarapé Ariramba) ocorre vegetação secundária composta por inajá, lacre, murta, embaúba, paricá, morotóttó, pau-para-tudo, além de gramíneas.

Quanto aos solos, são destacadas duas classes: o latossolo amarelo distrófico, com textura arenosa, ácidos, bem drenados ou acentuadamente drenados, porosos e permeáveis; o neossolo quartzarênico órtico latossólico, cuja morfologia se assemelha aos latossolos de média textura, arenoso, de cores vermelhas, amareladas e vermelho-amareladas. São solos de baixa fertilidade natural, cujo aproveitamento é limitado, embora apresente condições físicas e relevo favorável à mecanização.

O relevo é suavemente ondulado em cerca de 70% da área e plano em 23% dela. Nos 7% restantes, apresenta-se como ondulado e mais suscetível a atividades de grande impacto.

A hidrografia local compreende uma grande rede natural de igarapés, córregos e lagos bem distribuídos que servem como vias de acesso, locais de pesca e para manutenção da exploração agrícola e extrativista. O curso principal é o Igarapé Ariramba, mas também se destacam o Igarapé Santana, como parte do limite oeste da área, os igarapés Murta e Uaua-Açu e os lagos Grande, Toco, Tamoatá, Comprido, Folhal, Pirarucu, Jará, do Duzico e do Vaquejador.

Exploração de recursos ambientais

A vida no Ariramba é de muito trabalho para todos os indivíduos da comunidade. Organizados e apoiados em família, todos os moradores praticam várias atividades produtivas para suprir as próprias necessidades e as do seu grupo familiar. Realizadas individual ou coletivamente, todas essas atividades têm resultados repartidos entre vários membros da comunidade. A ligação das pessoas com a terra, os campos, as roças, as florestas, o ar e as águas do território é tão forte, que elas se veem dependentes da atmosfera do lugar, que consideram estabelecida na harmonia entre os homens, as árvores, os animais. Como ressaltou Descola a respeito das cosmologias amazônicas, trata-se de uma perspectiva em que a natureza não é um objeto, mas o sujeito de uma relação social que prolonga o mundo da casa.

- Nas áreas de moradia

São exploradas e antropizadas, sobretudo as terras que margeiam o Igarapé Ariramba. Nelas, as famílias quilombolas mantêm roçados rudimentares combinados com plantio de frutíferas (banana, caju, manga, cupuaçu, goiaba, abacate, limão, laranja, tangerina, entre outras) e pastagens para pequenas criações de gado, preservando

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

grandes porções de terras cobertas pela vegetação nativa. Áreas de roçado “cansadas” após plantios consecutivos regeneraram-se formando capoeiras.

Os terrenos mais pressionados, em ambas as margens do igarapé, são aqueles ocupados por posseiros não residentes, que os mantêm quase que exclusivamente para criação de gado, em grandes áreas descampadas, e para realização de pesca e caça esporádica, que os comunitários, em geral, identificam como predatória.

O cenário é preocupante nos limites do Igarapé do Murta, na área do Ramal do Cachorro Sentado e da Estrada do BEC, onde a paisagem tem muitas marcas da devastação acelerada provocada por colonos que têm migrado em número crescente para lá. Nos terrenos por eles ocupados os efeitos do desmatamento e das queimadas são sensíveis, incidindo, inclusive, na morte de inúmeras castanheiras. Esses colonos mantêm roçados e pastos em contínua expansão na área, e não têm a mesma relação que os quilombolas preservam com a floresta, pois não são extrativistas. Em se tratando de área reivindicada pela comunidade quilombola, são urgentes medidas que ponham freio ao avanço da colonização e da devastação que aí se verificam.

- Nas áreas de uso

As áreas de uso do território do Ariramba são constituídas de dois ambientes nitidamente demarcados: as florestas e as águas. Nas primeiras estão compreendidos os castanhais e os açais, principais zonas de prática do extrativismo tradicional entre os quilombolas de Oriximiná e Óbidos, e também as atividades de caça. Nas segundas realizam-se as atividades de pesca e captura de quelônios, que, junto com a anterior, respondem pelo fornecimento de proteína animal para as mesas das famílias locais.

A atividade extrativista mais significativa na localidade é a coleta de castanha, tanto para uso doméstico como para comércio. Antes mesmo de se fixarem no Ariramba, os primeiros moradores já exploravam os castanhais situados nas florestas do entorno, sendo que boa parte deles foi destruída pelo avanço da colonização e pela ação de exploradores/invasores na área, ou está abrangida pela Flota Trombetas.

Os castanhais mais importantes existiram na área do Murta, conforme memórias dos quilombolas que chegaram a trabalhar neles, antes da devastação: Bom Prazer, Veado, Uaua-Açu, Três Paióis (Três Paió), Paraíso, Nova Esperança, Cafezal, Alto Alegre, Assoalhado, Jabuti, Santa Maria. Desses, somente nos locais conhecidos como Veado, Uaua-Açu e Santa Maria ainda se encontram castanheiras saudáveis para o trabalho dos extrativistas. É dentro da Flota Trombetas que estão os castanhais mais visados pelos quilombolas, motivo pelo qual fazem questão da desafetação dessa Unidade de Conservação que atingiu o território tradicionalmente usado por eles.

Outros produtos são extraídos da mata, inclusive da área da Flota Trombetas, seja para alimentação, uso medicinal, produção de objetos e/ou comercialização. O cumaru é um deles, presente nas duas margens do igarapé e no centro da mata, e serve para fazer remédios caseiros contra tosse. Vários tipos de cipó também são coletados regularmente nas matas ao longo das duas margens do igarapé: cipó-titica, cipó-ambé, timbó-açu, usados para fazer panieiro, jamaxim e outros objetos. Da mesma forma, retiram-se talas de arumã, jacitara, jauari, bacaba, para confecção de utensílios para as casas e casas de farinha. Jutaica e breu também são coletados. Por fim, as madeiras e fibras encontradas na floresta são imprescindíveis para todas as famílias da comunidade, tendo em vista constituírem matérias primas usadas na construção e na manutenção das casas, nas cercas de gado, na cozinha.

Além do extrativismo dos produtos já mencionados, nas florestas se pratica a coleta de frutos de bacaba, pataúá, uxi, mangaba e piquiá, muito apreciados na comunidade, e a caça de espécies que enriquecem as refeições quilombolas, entre elas macacos, capivaras, anta, paca, porco do mato. As caçadas são feitas pelos homens, e raramente uma mulher toma parte na atividade. Elas obedecem aos ciclos das chuvas e da frutificação das árvores da floresta – são as “safras” dos bichos, como diz Gervásio. Embora ocorram em várias áreas do território, as caças se encontram com mais facilidade dentro da Flota do Trombetas, que se afigura para os quilombolas como uma reserva destacadamente rica em recursos naturais preservados.

Dentro das florestas correm igarapés como o Santana e o Murta, e formam-se lagos como Tamoatá, Toco, Comprido, Grande, Folhal, Pirarucu, Jará, do Duzico e do Vaquejador. Eles são muito importantes para a comunidade, na medida em que, além de fonte de água, encerram variedade e quantidade de peixes e quelônios para a subsistência das famílias: pirarucus, tucunarés, cujubas, traíras, surubins, pescadas, tartarugas, tracajás. Tão forte é a dependência dos quilombolas em relação a esses cursos d'água, que desde muito cedo eles aprendem a nadar, remar e pescar. A pescaria é função de homens e mulheres, independente da idade, e as técnicas de pesca são variadas: linha e anzol, arco e flecha, zagaia.

Conflitos agrários e ambientais

No Ariramba existem focos de tensão e conflitos envolvendo quilombolas, invasores e o Estado. São considerados invasores, principalmente, os posseiros não quilombolas e não residentes que regularmente exploram recursos naturais (caça, madeira, pescado) dentro do território, segundo os moradores, de forma predatória. Alguns desses exploradores vêm sendo denunciados ultimamente ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, acusados pelos quilombolas de praticarem crimes ambientais e de fazerem ameaças contra a população local.

O conflito com o Estado do Pará tem como foco a Floresta Estadual do Trombetas, cujos limites foram estabelecidos pelo decreto estadual no 2.607, de 04 de dezembro de 2006, que criou essa Unidade de Conservação

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

de Uso Sustentável em sobreposição à área pleiteada pela ACORQA em processo anterior. O próprio decreto reconhece a existência da comunidade quilombola, fazendo uso e moradia na área, e estipula a nova modalidade de regulamentação de suas atividades no interior da Flota: a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), que não é aceita pela comunidade. No entanto, reconhece a anterioridade do direito constitucional dos remanescentes de quilombos e prevê o mecanismo de revisão dos limites da Unidade de Conservação (UC) em face à regularização da terra coletiva quilombola.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

O território do Ariramba, que compreende a área de moradia da comunidade de mesmo nome e as áreas de uso exploradas pelos moradores locais, é consideravelmente mais rico em marcos naturais (lagos, igarapés, florestas) que em marcos edificadas. Estes últimos são pouco numerosos e significativos para a população local. Eles ocorrem exclusivamente na área de moradia da comunidade, onde estão os terrenos de domínio individual/familiar que abrigam as casas, roças, pequenas criações e o centro comunitário.

As casas

Cerca de 30 terrenos situados em ambas as margens do Igarapé Ariramba, espaçados cerca de dois quilômetros entre si e elevados em torno de 20 metros acima do curso d'água, compõem a área de moradia da comunidade. Cerca de dez desses terrenos são atribuídos a posseiros não quilombolas e não residentes na área, o que causa certa tensão entre estes e os moradores permanentes da comunidade. Nos demais, que são ocupados por famílias que aí mantêm residência permanente, os marcos mais importantes na paisagem são: a casa, o quintal, a casa de farinha, a roça e o campo de gado.

As casas normalmente são feitas de madeira ou de palha, de piso ou de assoalho sobre palafitas (prática construtiva típica das regiões inundáveis de várzeas, que algumas mulheres originárias do território Erepecuru trouxeram para o Ariramba), cobertas com palha, cavaco, telhas *Brasilit* ou, mais raramente, telhas de barro. Apresentam poucas divisões internas: sala, quartos (em geral dois ou três, sendo um do casal e os demais dos filhos) e cozinha. Vale destacar que possuem, em regra, duas cozinhas: esta na área interna da residência, equipada com fogão a gás e botija, e outra do lado de fora da casa, feita de madeira e semicoberta de palha, equipada com jirau de madeira, fogão à lenha ou a carvão e trempes.

A manutenção das duas cozinhas é estratégica na economia das famílias: por um lado, a reposição de botijas de gás, além de dispendiosa, é dificultada pelas condições de acesso à cidade; por outro lado, como a disponibilidade de madeiras para corte se reduziu com a proibição imposta após a criação da Floresta Estadual do Trombetas, já não convém depender unicamente desse recurso para fazer fogo. Além desses aspectos práticos, ressalte-se também o hábito e o gosto cultivado pelas comidas preparadas em fogo à lenha, em panelas de barro, como nos tempos mais antigos em que somente esse tipo de louça era disponível para as famílias locais.

As casas são rodeadas por quintais bem cuidados onde se veem arbustos e, normalmente próximos da cozinha, alguns canteiros construídos em madeira e suspensos do chão para evitar ataques de bichos, onde mulheres plantam temperos e verduras como salsa, cebolinha, pimenta, couve. Um pouco mais afastadas da casa estão as árvores frutíferas. Pés de manga, laranja, limão, goiaba, cupuaçu, caju, carambola, abacate, acerola, pupunha, cacau, tangerina, graviola e outros são cultivados por homens, mulheres e jovens, e contribuem para variar o cardápio das famílias, conforme as estações das frutas. Patos e galinhas ciscam pelos quintais, e também compõem a mesa doméstica quando escasseia a oferta de peixes e caças.

Completam a paisagem do quintal o sanitário e as áreas para queima de lixo e produção de carvão. Os sanitários são feitos com madeira e/ou palhas, em torno de fossas cavadas no chão, mantendo-se alguma distância da residência, da cozinha e da casa de farinha. Nenhum deles é atendido com água. Numa área mais ou menos reservada do quintal pratica-se a queima do lixo doméstico. Em outra área se fazem os buracos para produção de carvão que visa a abastecer a cozinha de casa.

Distanciando-se dos quintais ficam os campos de criação de gado e as áreas de roçado. Os campos têm medidas variáveis conforme o tamanho do terreno e da criação de cada família, e são divididos em quadros para pastagem. Na maioria, existem currais cercados para prender o gado e evitar que os animais perambularem e façam estragos nas roças alheias ou sejam atacados por onças. As áreas de roçado também variam de tamanho de acordo com a capacidade produtiva de cada morador ou família. Nelas inexistem edificações, registrando-se apenas algumas cercas de madeira e arame.

O templo e o centro comunitário da Assembleia de Deus

Na margem direita do Igarapé Ariramba encontram-se o templo e o centro comunitário da Igreja Assembleia de Deus, instalado ao lado da casa de Joaquim dos Santos Oliveira, que tem funcionado também como sede de reuniões e demais atividades sociais da comunidade e da ACORQA. O templo é construído em alvenaria numa área elevada do terreno. À frente dele fica o alojamento, uma construção de madeira e telhas, que é integrado a um refeitório, também

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

feito de madeira e telhas. Em anexo ficam sanitários e banheiros em madeira e cobertos com telhas, abastecidos por microssistema de água e motor de luz movido a diesel.

À falta de uma sede social da comunidade, é na estrutura em torno do templo que se reúnem moradores, técnicos governamentais, pesquisadores e demais agentes envolvidos em quaisquer processos afetos à comunidade.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

5.1. RESUMO

A comunidade que atualmente compõe o território Ariramba foi formada na década de 1970 com a instalação da residência permanente do casal Joaquim e Tereza dos Santos Oliveira na margem do igarapé Ariramba. Este casal provinha de localidades situadas na beira do Rio Cuminá (do qual o Igarapé Ariramba é um afluente), que são hoje pertencentes ao território quilombola do Erepecuru, e sua mudança deu-se em busca de melhores condições para criação dos filhos. Segundo contam, a localidade onde moravam no Cuminá não era muito farta e o igarapé Ariramba já era bem conhecido por eles como um local de grande abundância de peixes, caças e quelônios. Isto porque, antes mesmo de sua fixação no local, Joaquim e Tereza já costumavam explorar esse igarapé e as matas do seu entorno junto com outros familiares, que permaneceram em áreas do território Erepecuru, contíguo ao Ariramba.

Embora a comunidade do Ariramba seja relativamente jovem, a ocupação negra em toda a bacia do Erepecuru e Cuminá remonta, pelo menos, ao século XIX, quando se registraram as primeiras formações de mocambos nas zonas encachoeiradas desses rios. Levando em conta a economia basicamente extrativista dos mocambeiros e os casamentos preferencialmente endógamos nos mocambos, os modos de vida dos negros caracterizavam-se pela utilização regular de áreas extensas, que levava a certa dispersão das famílias pelos rios e pelas florestas indispensáveis à sua subsistência, que exploravam sazonalmente – inclusive estabelecendo moradias temporárias nessas áreas – de acordo com as safras de produtos florestais e temporadas de caça e pesca reguladas pelas estações do ano. Desse modo, considerada como domínio e uso efetivo, a ocupação negra na região precede o processo de criação de comunidades fixadas em áreas de moradia permanente, com infraestrutura comunitária e outros marcos identificadores de uma unidade territorial.

Diante do exposto, destacamos alguns períodos de ocupação da área do Igarapé Ariramba e adjacências a fim de compreender minimamente a trajetória da comunidade quilombola do Ariramba. Infelizmente, embora haja referências gerais sobre a presença de grupos negros e indígenas no Rio Cuminá, muito pouco está sistematizado a respeito da história dessas populações.

As expedições exploratórias e os primeiros registros da região

Os poucos registros históricos conhecidos sobre a região do Ariramba e adjacências devem-se, sobretudo, a expedições exploratórias empreendidas entre fins do século XIX e princípios do seguinte. Tais expedições foram comandadas por missionários, naturalistas e oficiais de governo com objetivos distintos – evangelizadores, científicos e econômicos. Destes últimos a maior parte voltava-se para a zona dos chamados Campos Gerais, caracterizada por terras planas e de vegetação mais rasteira, supostamente propícias à exploração pecuária, minerária e agrícola.

Um dos primeiros exploradores a subir o Rio Cuminá foi o padre José Nicolino Rodrigues de Souza (considerado fundador da cidade de Oriximiná), que descreveu a região nos diários das três expedições que realizou no fim do século XIX com o intuito de evangelizar os povos nativos e também de alcançar os Campos Gerais.

Tendo falecido antes de completar a viagem, o padre foi sucedido em seu intento exploratório por Gonçalves Tocantins, que, em 1893 subiu o Cuminá a mando do governo do Pará com a missão de chegar aos Campos Gerais e informar sua importância econômica ao país, com interesse especial para a possibilidade de criação de gado nesses campos. Em sua tarefa contou com ajuda de mocambeiros habitantes do Erepecuru, já estabelecidos como desbravadores da região.

Um ano depois, o expedicionário Valente de Couto veio subir o Rio Cuminá com o objetivo de abrir uma estrada ligando os Campos Gerais a Óbidos, visando à criação de gado nessa extensão de terras, conforme a recomendação de seu predecessor.

Como os homens de Couto se perderam na mata na volta da expedição, Avelino Oliveira foi enviado pelo governo paraense numa expedição de resgate. Ele cruzou o Igarapé Ariramba e o referiu em suas anotações como

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

uma área de castanhais em exploração, ponto estratégico de sua viagem.

No início dos 1900 foi a vez da naturalista O. Coudreau percorrer o Igarapé Ariramba em companhia de negros dos mocambos do Rio Cuminá, entre eles o velho Guilherme, tio de Daniel Souza, entrevistado neste INRC. Madame Coudreau também objetivava alcançar os Campos Gerais, mas não teve sucesso na empreitada, tentando novamente o feito alguns anos mais tarde, ao subir o Rio Maicuru situado no atual município de Monte Alegre.

Os Santos Oliveira e a formação da comunidade do Ariramba

Antes do século 19 a área do Erepecuru/Cuminá era provavelmente ocupada unicamente por povos indígenas, em especial pelos Zo'é e por grupos *karib* como Pianocótos, Rangu-Piquis e Tiriyo (historicamente constituídos como grupos diversos, mas classificados atualmente como um mesmo grupo Tiriyo). Somente a partir do século XIX os mocambeiros adentraram e espalharam-se na região a partir dos rios e aí estabeleceram núcleos de povoadamentos que viviam sobretudo da coleta de castanhas e outros produtos vegetais. Ao longo dessa fase de ocupação mantiveram contatos com indígenas, mas as relações com eles nem sempre foram pacíficas. O. Coudreau, por exemplo, registra que na Ilha do Garafon, situada um pouco abaixo do igarapé onde viviam os índios Pianocótos, “ocorreu o massacre dos índios Pianocótos do Poanna pelos mocambeiros” (COUDREAU, 1901, p. 56). Ao que tudo indica, os indígenas foram extintos ou se deslocaram para outras áreas rio acima e floresta adentro, enquanto os mocambeiros desenvolveram domínio territorial econômico sobre a região, vencendo a escravidão e as sucessivas expedições de recaptura empreendidas pelos senhores de escravos.

Na área que hoje corresponde ao território do Ariramba a ocupação negra provavelmente iniciou-se a partir do Igarapé do Murta. A família Pinheiro parece ter instalado suas bases de exploração de castanha no entorno deste igarapé no século XIX, segundo relatos de descendentes. Nas memórias juvenis de Dona Maria da Cruz Pinheiro, no Murta existiam: “a casa maior, de castanheira, e casas de festas. Ali tinha festas quase todo mês, mas não sei como se acabou”. Segundo ela, realizava-se aí um dos rituais mais importantes de congregação de negros da época, o Aiuê, uma celebração mista de elementos africanos e católicos associada à Folia de São Benedito. A estrutura do ritual se assemelhava à de outras festas de santo organizadas em torno de mastros e ramadas, comuns no interior da Amazônia, incluindo ritos de esmolação (coleta de doações para o santo), visita a casas, repasto (oferta de refeições aos festeiros), ladainhas e toques de instrumentos.

Ela recorda também que, na sua infância, em família, ainda escutava histórias dos ascendentes que fugiram da escravidão:

A mamãe que ainda foi desse tempo, a minha mãe de criação que ainda foi desse tempo. Se ela te via, mas quando que ela vinha aqui! Ela corria. Ela corria para o mato, ela pegava o terçadinho e a tabaqueira. Que fumava, aquilo fumava! E metia de baixo do braço e caminho da roça! E, agora, chamasse, mas quem!!! Se tinha dois, três filhos e tudo era do mesmo jeito. Já tinham medo, porque faziam medo para gente também. Ficava cobrindo os filhos, eles corriam também, por causa da pega-pega. Da escravidão e da revolta, né?! Não teve uma revolta que entrou aí pegando gente?! É isso que chamam de pega-pega. (Entrevista concedida a Luciana Carvalho em 02/12/12, na cidade de Oriximiná).

Na verdade, o “tempo do pega-pega” é uma forma usual em todas as áreas quilombolas de Oriximiná para se referir ao período da escravidão e pós-escravidão, que alude às expedições de recaptura de negros fugidos e ao recrutamento forçado de escravos para atuarem como combatentes do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870). Mas outras representações do tempo do pega-pega escorregam para um passado bem mais recente, estendendo-se por quase cem anos após a libertação de 1888, quando os negros ainda temiam perder a liberdade duramente conquistada.

No século XX os negros oriundos dos mocambos se dispersaram de forma mais livre, aproximando-se mais dos núcleos urbanos com os quais mantinham comércio. Nessa época, alguns Pinheiros teriam migrado para as margens do Igarapé Ariramba, de acordo com Joaquim Oliveira: “aqui no Ariramba, Virgíneo Pinheiro era um desses. Eles eram uns seis ou sete irmãos, entre mulher e homem. Então, eles vinham para cá e depois foram morrendo, foram morrendo até que acabou”. Foi então que os Santos Oliveira, a partir de casamentos estabelecidos com gente dos Pinheiros, começaram a entrar na área até se fixarem nela. A família Pinheiro é até hoje reconhecida como “os pretos velhos” do lugar, a “pinheirozada”, como diz Joaquim.

O casal Joaquim e Tereza dos Santos Oliveira exerceu um papel fundamental na criação e na continuidade da comunidade que hoje habita o território quilombola do Ariramba. Com efeito, eles garantiram em cerca de 40 anos a povoação nas margens do igarapé que dá nome ao lugar, ao mesmo tempo em que promoveram a reprodução de modelos coletivos de uso dos recursos naturais e desenvolveram regras próprias de territorialização. Foi após o nascimento do segundo descendente que o casal se instalou definitivamente no Ariramba: “depois que nós já tínhamos esses casal de filhos, aí que eu disse para ela: vamos embora, vamos morar lá na boca do Ariramba”. O lugar era mais farto e a sobrevivência dos filhos ficava assegurada. O casal fazia pesca, roça, coleta de castanha, e Joaquim ainda trabalhava como gateiro, com pesca a caça para fornecimento de couro para comerciantes.

Os filhos cresceram no Ariramba e casaram-se, preferencialmente com negros e negras quilombolas oriundos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

de comunidades hoje pertencentes ao território vizinho do Erepecuru, de onde provinham também Joaquim e Tereza. Havia, por um lado, o relativo isolamento da comunidade, que restringia o número e a amplitude de contatos e intercursos sexuais com pessoas estranhas ao grupo. Conforme relembra Gervásio, “naquela época, para ver uma mulher, a gente tinha que viajar longe: arrumava aquele rancho, a farinha para levar na viagem, e saía de casa, remando dias até chegar ao local da festa. Aí que a gente ia namorar, ver se arrumava uma companheira. Hoje não, está tudo fácil, na mão”. Por outro lado, os casamentos endógamos tinham uma dimensão estratégica: tratando-se de dois territórios bastante próximos que compartilham recursos naturais, padrões de vida e expectativas comuns, os casamentos entre os moradores do Ariramba e do Erepecuru reforçavam vínculos sociais, laços de sociabilidade e solidariedade entre as famílias dos dois territórios, contribuindo também para a garantia de domínio sobre uma extensão de terras, florestas, castanhais, lagos, igarapés e outros recursos naturais indispensáveis à sobrevivência e à reprodução material e simbólica dos grupos negros. Para além dos laços de casamento, o compadrio também foi importante no estabelecimento e no fortalecimento das relações de parentesco entre moradores dos dois territórios quilombolas, expandindo a noção de família para uma ampla rede de pessoas unidas por aliança, afinidade e solidariedade. “É tudo parente”, costuma-se ouvir.

Embora os padrões de casamento tenham se alterado nas sucessivas gerações da família, havendo um aumento do número de casamentos interétnicos, descendentes dos Santos Oliveira e de famílias do Erepecuru constituem até hoje o grupo majoritário na comunidade do Ariramba. Como em outros quilombos fortemente estruturados sobre um tronco familiar principal – como, por exemplo, os quilombos Família Silva e Família Fidélis, no Rio Grande do Sul –, a comunidade do Ariramba está fundamentalmente organizada em torno da família Santos Oliveira.

A luta quilombola contra a devastação do território

Na segunda metade do século XX, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, acentuaram-se em toda a Bacia do Trombetas e do Erepecuru/Cuminá os processos de segregação espacial e expulsão dos negros das terras que ocuparam desde a formação dos mocambos no século XIX. A pressão expansionista, vinda de todos os lados (grileiros, grandes empresas e projetos, unidades de conservação), ameaçava-lhes não só a continuidade nos territórios, mas também a manutenção de seus modos de vida tradicionais, princípios, crenças, práticas culturais.

No Ariramba a situação não foi diferente, e nos anos 1990 os negros descobriram-se acuados diante de pessoas que chegavam comprando terras marginais do igarapé de modo irregular, principalmente para abertura de pastos. Joaquim, com as posses que havia reunido, ainda tentou comprar benfeitorias em terrenos para abrigar todos os filhos e suas respectivas famílias, mas, assim mesmo, não podia fazer frente ao poder econômico superior e aos modos de uso da terra praticados pelos novos posseiros. O desmatamento em áreas tradicionalmente usada pelos moradores do Ariramba já era considerável no fim da década e cresceu de forma acelerada, principalmente em torno de uma estrada então recém-aberta em Oriximiná, partindo da cidade em direção a noroeste. Conhecida como Estrada do BEC, porque aberta por componentes do Batalhão de Engenharia e Construção, essa via já produzia sensíveis mudanças no padrão de ocupação das terras na região, constituindo uma importante frente de colonização e ao mesmo tempo, uma ameaça potencial à integridade da porção sudeste da área Erepecuru.

Já nos primeiros anos de 2000 as áreas de colonização a partir da Estrada do BEC expandiram-se ainda mais com a abertura de um ramal em direção ao Igarapé Murta e às áreas antigamente cobertas pelos castanhais referidos nos tempos dos negros Pinheiros. Restringia-se cada vez mais o acesso a recursos de sobrevivência da população do Ariramba. A situação agravou-se quando parte importante do território usualmente explorado pelos moradores foi abrangida por uma Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável, a Floresta Estadual do Trombetas (Flota Trombetas), que foi criada em 2006 limitando o acesso a recursos naturais considerados indispensáveis pelos habitantes locais.

Mesmo em situação adversa em seu território, os negros do Ariramba hesitaram durante anos entre a década de 1990 e o início dos 2000 para se associar às lutas assumidas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, uma entidade fundada em 1989 para representar cerca de 28 comunidades negras que queriam fazer valer os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o que garantia aos grupos remanescentes de quilombos a propriedade e a titulação das terras tradicionalmente ocupadas. A hesitação dos moradores do Ariramba em juntar-se ao movimento deveu-se em grande parte devido à influência de agentes externos que se opunham à ARQMO e à regularização das terras quilombolas no município.

Os opositores do movimento quilombola fundaram a Associação dos Produtores e Criadores Rurais da Bacia do Rio Trombetas, a Astro, que tinha por objetivo defender os direitos dos posseiros que não aceitavam as propostas de demarcação e titulação de territórios coletivos e pleiteavam a titulação de lotes individuais. Os moradores do Ariramba identificaram-se inicialmente com esse grupo que ficou conhecido como “os individuais”. Influenciados pela Astro, os moradores do Ariramba recusaram-se a integrar o processo para demarcação e titulação do território quilombola do Erepecuru (concluído em 1998) e acreditaram em promessas de titulação individual de seus terrenos, as quais nunca se cumpriram. Pelo que hoje avaliam, arrependidos da opção passada, os supostos esclarecimentos que essa entidade fornecia, na verdade, tinham o intuito de mantê-los na ignorância de seus direitos e afastados dos mecanismos de exigência de cumprimento dos mesmos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

A mudança de perspectiva veio aos poucos, influenciada pela consolidação dos processos de regularização fundiária dos quilombos de Oriximiná, pela frustração dos pleitos de titulação “individual” e pelo amadurecimento político dos moradores do Ariramba. Estes, em 18 de julho de 2004, com apoio da ARQMO, criaram a Associação da Comunidade de Remanescente de Quilombo Ariramba (ACORQA), sob a presidência de Gervásio dos Santos Oliveira, filho mais velho de Joaquim e Tereza, que até hoje permanece no cargo após consecutivas reeleições. No ano seguinte a entidade requereu a demarcação e titulação do Território Quilombola Ariramba junto ao Iterpa (processo nº 2005/315528) e ao Incra (processo nº 54100.000755/2005-28), tendo em vista que o mesmo se estende sobre áreas do Estado e da União. No total, a área reivindicada pela comunidade tem dimensão de 22.949 hectares. Em 2006, a Fundação Cultural Palmares emitiu a Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ariramba, que está registrada no Livro de Cadastro Geral nº 08, Registro 832, fl. 44.

Devido à morosidade dos processos e à crescente presença de ocupantes cujas formas de uso do território destoam das práticas da comunidade – alguns dos quais têm ameaçado os quilombolas, segundo declarações verbais e públicas dos próprios –, membros da comunidade têm prestado denúncias ao Ministério Público do Estado do Pará e ao Ministério Público Federal, que instauraram inquéritos para apurar possíveis violações dos direitos dos quilombolas e estabeleceram agendas com as instituições competentes para dar mais celeridade aos trabalhos relativos ao processos de regularização fundiária.

Vale ressaltar, no que tange ao processo demarcatório na área do Estado, o desafio representado pela necessidade de desafetação da Flota Trombetas, que, em seu ato de criação (o Decreto Estadual nº 2.607, de 04 de dezembro de 2006), a despeito da anterioridade do pleito da ACORQA, e mesmo reconhecendo a existência e o direito constitucional da comunidade remanescente de quilombo do Ariramba, cravou limites por sobre áreas de uso tradicional dos quilombolas. Ao longo de 2012 e 2013 o Iterpa e a Sema (gestora da Flota Trombetas) empreenderam visitas técnicas à comunidade, fizeram incursões de campo no território pleiteado pela ACORQA e realizaram reuniões para apresentação de resultados dos trabalhos de campo, que já identificaram as áreas de sobreposição. Em relação aos trabalhos técnicos para demarcação e titulação do território em área da União, os mesmos vêm sendo levados a cabo pela Superintendência do Incra em Santarém.

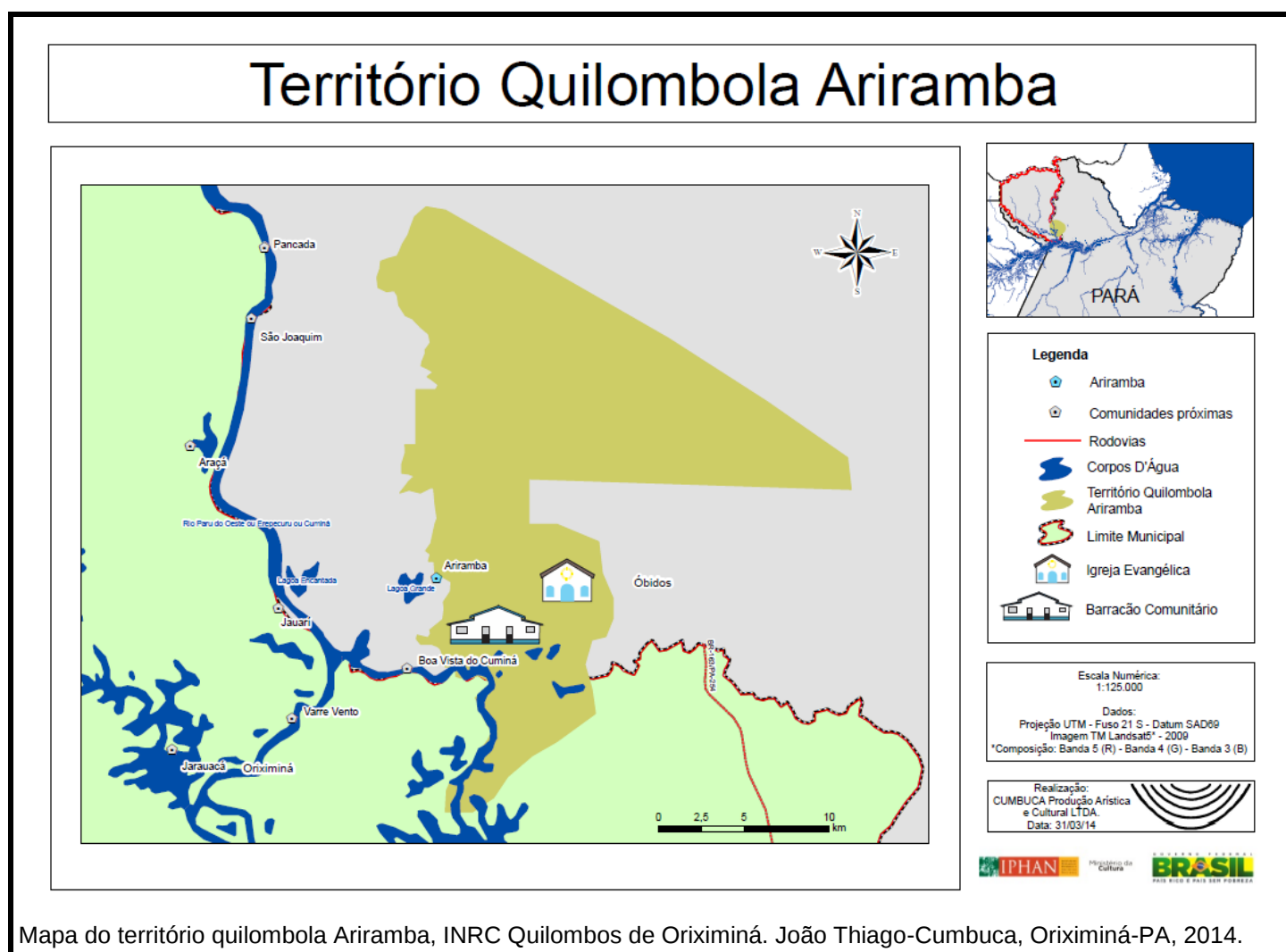
5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
Até o séc. XIX	Ocupação do interflúvio Erepecuru/Cuminá pelos indígenas Zo'é e por grupos <i>karib</i> como Pianocótos, Rangu-Piquis e Tiriyo.
Séc. XIX	Fuga de escravos da região de Belém e do Baixo Amazonas para os rios Erepecuru e Cuminá, onde estabeleceram mocambos; Provável data de fixação dos negros da família Pinheiro no Igarapé do Murta, primeiro núcleo de povoamento do atual território do Ariramba; Expedições exploratórias no Rio Cuminá (algumas passando pelo Igarapé Ariramba) com vistas a alcançar os Campos Gerais, com destaque para as expedições realizadas em: • 1876-1877, 1877 e 1882, pelo padre Nicolino José Rodrigues de Souza; • 1893, por Gonçalves Tocantins que a mando do governo do Pará foi verificar as chances de explorar a criação de gado nesses campos; • 1894, por Valente de Couto, que sobe o Rio Cuminá com o objetivo de abrir uma estrada ligando Óbidos aos campos para aí iniciar a criação de gado; • 1894, por Avelino Oliveira, enviado pelo governo paraense para resgatar homens de Valente de Couto, que se perderam na mata.
1900	O. Coudreau navega o Igarapé Ariramba no percurso de seu <i>Voyage au Cuminá</i> .
Década de 1970	Fixação do casal Santos Oliveira no Igarapé Ariramba.
Décadas de 1980 e 1990	Acentuam-se os processos de segregação espacial e expulsão dos negros das terras que ocupavam.
1989	Fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná.
1997	Criação da Associação dos Produtores e Criadores Rurais da Bacia do Rio Trombetas, a ASTRO, com objetivo de titular terras individuais de posseiros que se opunham aos propósitos da ARQMO.
18 de julho de 2004	Criação da ACORQA - Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Ariramba
2005	Desativação da Astro. Abertura do processo nº 2005/315528 junto ao Iterpa visando a demarcação e a titulação da área pertencente ao Estado. Abertura do processo nº 54100.000755/2005-28 junto ao Incra visando a demarcação e a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

	titulação da área pertencente à União.
04 de dezembro de 2006	Edição do Decreto Estadual nº 2.607, que cria a Floresta Estadual do Trombetas em sobreposição à área pleiteada pela ACORQA.
2012-2013	Realização de estudos técnicos pelo Incra e pelo Iterpa para demarcação e titulação do território do Ariramba.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

Por uma questão de foco, aqui, serão apresentados apenas os instrumentos que incidem destacadamente na localidade em questão. Na Ficha de Identificação de Sítio são mencionados todos os instrumentos que incidem em comunidades quilombolas de um modo mais geral, em âmbito regional e federal.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	03	13	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

1. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, em especial o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o direito de propriedade das comunidades remanescentes quilombolas sobre as terras que ocupam tradicionalmente;
2. Decreto Estadual nº 663, de 20 de fevereiro de 1992, que dispõe sobre a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, e dá outras providências;
3. Lei Estadual nº 6.165 de 02 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências;
4. Decreto n.º 3.572, de 22 de julho de 1999, que regulamenta a lei n.º 6.165, de 2 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências;
5. Instrução Normativa nº 2 do Instituto de Terras do Pará, de 16 de novembro de 1999, que regulamenta a abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos;
6. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
7. Decreto estadual nº 2.607, de 04 de dezembro de 2006, que cria a Floresta Estadual do Trombetas;
8. Instrução Normativa do Incra nº 57/2009, que dispõe sobre os procedimentos técnicos para demarcação e titulação de terras quilombolas situadas em áreas da União.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

O principal desafio enfrentado pela comunidade do Ariramba no que diz respeito às condições de preservação de suas referências culturais e de seus modos de vida tradicionais relaciona-se à questão da propriedade da terra, incluindo áreas de moradia e uso. O território está em processo de regularização fundiária pelo Incra e pelo Iterpa. Ressalta-se, nesta segunda instância, a necessidade de desafetação da Floresta Estadual do Trombetas, que se sobrepõe a áreas reivindicadas pela comunidade. Conflitos agrários e ambientais têm sido denunciados na localidade, onde os moradores relatam ameaças por parte de invasores.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Qualquer ação ou política voltada para o patrimônio cultural na comunidade do Ariramba deve levar em consideração a necessidade primeira de demarcação e titulação do território quilombola, condição básica para a efetivação dos direitos territoriais, socioambientais e culturais de seus moradores, bem como para o apaziguamento dos conflitos agrários no local.

Sugere-se atenção especial para a realização de possíveis pesquisas arqueológicas na comunidade, bem como para investimentos em ações que valorizem os saberes tradicionais dos moradores, especialmente aqueles relacionados ao cultivo de plantas usadas na medicina popular, em alinhamento a iniciativas que já se busca desenvolver na escola Nossa Senhora Aparecida (na comunidade Boa Vista Cuminá, onde estudam as crianças do Ariramba).

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	03	13	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	04 - Festa de Nossa Senhora Aparecida 34 - Casa de farinha 35 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida 45 - Paiol de castanha 57 - Histórias de encantarias 58 - Histórias do tempo do pega-pega 97 - Sítios arqueológicos 100 - Artesanato de barro 105 - Artesanato de talas, palhas e cipós 106 - Culinária tradicional 108 - Medicina tradicional 111 - Modo de fazer beiju-cica 114 - Modo de fazer farinha de mandioca 118 - Modo de fazer tapioca 120 - Ofício de agricultor 122 - Ofício de caçador 123 - Ofício de castanheiro 124 - Ofício de coletor de Açaí 126 - Ofício de gateiro 128 - Ofício de parteira 129 - Ofício de pescador 130 - Puxirum 131 - Técnicas de construção tradicionais
ANEXO 4: CONTATOS	11 - Antônio Nunes de Melo 40 - Ernandes dos Santos Oliveira 47 - Gervásio dos Santos Oliveira 55 - Joaquim dos Santos Oliveira 65 - Josélia Nunes de Oliveira 98 - Mariano dos Santos Oliveira
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Aldo Luciano Correa de Lima, Luciana Gonçalves de Carvalho		
SUPERVISOR	Ricardo Nei de Araújo		
REDATOR	Aldo Luciano Correa de Lima, Alexandre Nazareth da Rocha	DATA 16/02//2014	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Luciana Gonçalves de Carvalho		